

**O ENSINO DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS:  
TEORIAS E CONSIDERAÇÕES**

**Teaching portuguese as a second language to deaf people; theories and considerations**

Darcielle Maria da Silva Oliveira<sup>1</sup>

Manuela Mota da Silva<sup>2</sup>

Regyane Keyla Souza Ferreira<sup>3</sup>

Charridy Max Fontes Pinto<sup>4</sup>

**RESUMO**

O presente artigo teve como objetivo geral demonstrar desafios do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos na escola regular de ensino. Tem por escopo traçar um panorama geral acerca da inclusão dos surdos na escola regular de ensino, além de destacar o papel do tradutor-intérprete de libras frente aos desafios da inclusão dos alunos surdos. A abordagem desta pesquisa justifica-se pela importância de se discutir novas estratégias mais eficientes e inclusivas para que seja viabilizado não apenas o processo de inclusão social por intermédio da escola, como a adoção de uma educação humanizada que possibilita a comunicação global das crianças surdas com o meio social em que estão inseridas. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Bibliográfica e exploratória que tem por objetos de estudos livros, dissertações, teses e artigos científicos referentes ao tema abordado. Como referencial teórico foram utilizados autores que abordam a área da surdez a exemplo de Cananea (2019), Côrtes (2012), Dantas (2012) e Dorziat (2012). Assim, ao analisar como se realiza o processo de ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos, pode-se concluir que este fenômeno está acontecendo de maneira gradativa, pois, os estudos e pesquisas na área ainda são muito recentes, não existindo um método pronto, acabado e eficaz, para que seja aplicado fielmente a todos os surdos.

**Palavras-chave:** Educação de surdos; Língua portuguesa; Libras.

**ABSTRACT**

The general objective of this article was to demonstrate, through bibliographical studies, the challenges of teaching Portuguese as a second language to deaf students in regular schools. The following specific objectives were defined: to draw a general overview about the inclusion of deaf people in regular schools; highlight the role of the Libras translator-interpreter in facing

<sup>1</sup> Graduanda de Licenciatura em Letras/ Português do Instituto Federal de Alagoas - *Campus* Maceió. E-mail: [dmsol@aluno.ifal.edu.br](mailto:dmsol@aluno.ifal.edu.br); <http://lattes.cnpq.br/1675274826361002>

<sup>2</sup> Graduanda de Licenciatura em Letras/ Português do Instituto Federal de Alagoas - *Campus* Maceió. E-mail: [mms46@aluno.ifal.edu.br](mailto:mms46@aluno.ifal.edu.br); <http://lattes.cnpq.br/1862989916798302>

<sup>3</sup> Graduanda de Licenciatura em Letras/ Português do Instituto Federal de Alagoas - *Campus* Maceió. E-mail: [rksf1@aluno.ifal.edu.br](mailto:rksf1@aluno.ifal.edu.br); <http://lattes.cnpq.br/8240308414442327>

<sup>4</sup> Orientador: Mestre de em Letras e Lingüística. - Professor no Instituto Federal de Alagoas - *Campus* Maceió. E-mail: [charridy.max@ifal.edu.br](mailto:charridy.max@ifal.edu.br); <http://lattes.cnpq.br/4139562888411167>

the challenges of including deaf students. The approach of this research is justified by the importance of discussing new, more efficient and inclusive strategies so that not only the process of social inclusion through the school is made viable, but also the adoption of a humanized education that enables global communication of deaf children with the social environment in which they are inserted. The methodology chosen for the preparation of this work was qualitative exploratory narrative bibliographic research, based on books, dissertations, theses and scientific articles relating to the topic addressed. Therefore, when analyzing how the Portuguese language teaching process is carried out for deaf students, it can be concluded that this phenomenon is happening gradually, as studies and research in the area are still very recent, and there is no ready-made method, finished and effective, so that it can be faithfully applied to all deaf people.

**Keywords:** Education of the deaf; Portuguese language; Libras.

## 1. Introdução

Atualmente, vários estudiosos têm se preocupado em compreender o processo de apropriação da escrita do Português por alunos surdos, como segunda língua. O que se tem observado é que na aprendizagem de L2 os alunos surdos revelam individualmente características próprias de aquisição dessa língua em cada texto produzido (ROCHA; LIMA; QUEIROZ, 2018).

Apesar de o surdo ser indivíduo multicultural não é por isso que ele deve ignorar a cultura ouvinte e dentro disso a língua usada pelo ouvinte, apesar deste ser diferente da sua. Porém, apesar da muita importância para o surdo aprender uma L2, também há muitos desafios que precisam ser superados, dia após dia, em ações conjuntas e sérias (FERREIRA, 2021).

Considerando-se, pois, que o tema suscita diversas discussões, o presente estudo centra-se no seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos na escola regular de ensino?

Visando encontrar as respostas para nossas inquietações, o presente trabalho teve como objetivo geral demonstrar por meio de estudos bibliográficos os desafios do ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos na escola regular de ensino. Delimitaram-se como objetivos específicos: traçar um panorama geral acerca da inclusão dos surdos na escola regular de ensino; destacar o papel do tradutor-intérprete de libras frente aos desafios da inclusão dos alunos surdos.

Neste sentido a abordagem desta pesquisa justifica-se pela importância de se discutir novas estratégias mais eficientes e inclusivas para que seja viabilizado não apenas o processo de inclusão social por intermédio da escola, como a adoção de uma educação humanizada que possibilita a comunicação global das crianças surdas com o meio social em que estão inseridas.

A metodologia escolhida para a elaboração do presente trabalho foi a da pesquisa bibliográfica narrativa exploratória qualitativa, fundamentada em livros, dissertações, teses e artigos científicos referentes ao tema abordado. Com a utilização dessa técnica bibliográfica, o estudo se respaldou em materiais já publicados com a intenção de fundamentá-lo, sendo feito um apanhado geral sobre os principais trabalhos de autores brasileiros conceituados que se assemelhavam com a temática.

## 2. Libras, que língua é essa?

A inclusão social dos surdos tem sido um tema utilizado, com frequência, na literatura especializada brasileira, tanto na área da educação básica, como na educação inclusiva, no que tange a sua inserção no ensino básico regular. De acordo com Salles et al., (2014), a inclusão dos alunos surdos é muito nova tanto para a escola, quanto para os próprios professores. Isso tudo vem surgindo como um grande desafio para todos, pois, a escola e toda parte educacional deve oferecer, ao aluno surdo uma boa qualidade de ensino, para que ele tenha uma aprendizagem concreta, caso contrário estará realizando uma inclusão não muito eficiente com relação à aprendizagem desses sujeitos.

Rocha, Lima e Queiroz (2018) ressaltam que com o reconhecimento da língua de sinais, houve um maior envolvimento e desenvolvimento das pessoas surdas na sociedade, o que veio a facilitar o convívio entre todas as pessoas. A Libras surgiu para facilitar a comunicação entre surdos e pessoas ouvintes, o que antes, tornava o diálogo quase que impossível entre essas pessoas. Para Ferreira (2021), a aprovação e o reconhecimento da Libras possibilitaram que a pessoa surda fosse incluída na sociedade, seja em locais públicos, seja no próprio ambiente familiar como também nas escolas.

Ainda de acordo com Ferreira (2021), cada vez mais é possível ver pessoas utilizando a Libras e se comunicando com surdos, mostrando que a Língua de Sinais é algo indispensável na sociedade como um todo, visto que a pessoa surda tem direitos iguais a quaisquer pessoas dentro da sociedade. Com relação ao contexto escolar, o autor supracitado relata sobre a inserção da Libras nas grades curriculares, os autores ressaltam que “embora a Constituição afirme ser fundamental a presença de tradutores e intérpretes de Libras nas instituições de ensino, o ensino de Libras não é componente curricular obrigatório” (*ibidem*, 2021, p.19).

A não obrigatoriedade da inserção da Libras no currículo escolar cria uma grande lacuna, impedindo que o aluno surdo possa aprender corretamente e também que o mesmo tenha contato de forma precoce com a sua língua materna, que vem a ser a Língua Brasileira de Sinais.

Não ser exigido o ensino de Libras nas escolas, impede também alunos ouvintes de conhecerem a Libras no ambiente escolar, o que acaba por limitar e excluir por total a interação entre alunos ouvintes e alunos surdos (FERREIRA, 2021).

Rabelo (2014) relata que o aprendizado da Libras desde a infância, possibilita a pessoa surda uma rapidez e uma naturalidade maiores para exporem seus sentimentos, seus desejos e também suas necessidades, ou seja, quanto mais cedo a criança surda começar a ter o contato com a linguagem de sinais, mais ela irá enriquecer seus conhecimentos sobre ela mesma, dando uma maior autonomia e confiança para enfrentar o mundo e suas adversidades.

De acordo com Cananea (2019), a Libras é formada por um alfabeto manual e tem uma diversidade de sinais que se combinam e se organizam através de parâmetros linguísticos, como: movimento, expressão facial, expressão corporal, configuração das mãos, ponto de articulação. Augusto (2019) cita que é preciso dar para a Língua Brasileira de Sinais a mesma atenção e a mesma importância que se dá para a Língua Portuguesa, pois, assim como as crianças que não possuem problemas auditivos, aprendem uma nova língua para se expressarem.

### **3. O papel do intérprete de libras na sala de aula**

Os avanços na linguística começaram a apontar que a língua de sinais é uma língua natural, que se constitui de gramática própria e por esse motivo deveria ser legitimada e adotada na instrução de surdos durante todo seu processo de escolarização. Com isso, o movimento político surdo teve como principal marco e conquista de suas lutas, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

Segundo Schiavon (2012, p.36), “a Língua de Sinais é de natureza visuoespacial e é adquirida pelos surdos com naturalidade e rapidez, pois permite uma comunicação eficiente e completa”. O autor ainda completa afirmando que

Nesta, são utilizadas expressões fisionômicas e movimentos do pescoço em sincronia com o movimento manual, há também simultaneidade na realização de categorias linguísticas. As unidades constitutivas do sinal são: configuração de mão; ponto de articulação; movimento; orientação e expressões não manuais.

Com a Lei de 2002, a Língua Brasileira de Sinais – Libras passou a ser reconhecida como principal meio de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil. A Libras é considerada a língua natural dos surdos, sendo ela a primeira língua (L1) que deve ser

aprendida por esses sujeitos e o Português, a sua segunda língua (L2), na modalidade escrita (DANTAS, 2012).

De acordo com Schiavon (2012), na abordagem bilíngue é proposto que o surdo se aproprie da Língua de Sinais como primeira língua e secundariamente que seja aprendida a língua majoritária, o Português, para que a interação flua e a criança surda seja exposta o mais precocemente possível à Língua de Sinais, a fim de sinalizar tão rapidamente quanto o ouvinte possa falar, pois, “ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada, do grupo majoritário, como segunda língua” (SCHIAVON, 2012, p.44).

Em 2005 a Lei nº 10.436, que reconhece a Libras como sendo língua materna dos surdos e segunda língua oficial do Brasil, é regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. O Decreto prevê que nos próximos 10 anos passados da regulamentação da Lei, todos os educadores de Libras, surdos ou ouvintes, deveriam ter formação superior em curso de Letras ou Letras Libras (BRASIL, 2005).

Para regularizar a situação de professores e intérpretes que já atuavam e trabalhavam com Libras, o Ministério da Educação – MEC, criou o Prolibras (Exame Nacional de Proficiência em Libras), uma prova de certificação para os profissionais que atuam ou irão atuar com alunos surdos. O exame foi criado em 2006, acontecendo desde então, uma vez ao ano. Os profissionais devem ter formação superior ou de nível médio para realização do exame. Ao serem aprovados, os profissionais tornam-se habilitados a lecionarem ou interpretarem Libras em faculdades ou na escola regular.

De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), o Exame Nacional de Proficiência em Libras, teve sua sétima edição em 2015, tendo 6,943 inscritos em todo o território brasileiro e destes, 317 inscritos eram do estado da Bahia. O Decreto obriga as escolas a terem um intérprete de Libras para cada sala de aula que possua aluno surdo matriculado. A lei também recomenda que as escolas promovam cursos básicos de Libras para funcionários e alunos ouvintes, com o objetivo de efetivar a inclusão das pessoas surdas no ambiente escolar (BARBOZA et al., 2015).

O papel do tradutor-intérprete de Libras consiste na tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais para a língua falada (Língua Portuguesa) e vice-versa. Essa tradução e interpretação pode dar-se de forma tanto oral quanto escrita e em sala de aula esse processo ocorre simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo que o professor fala, pois o tradutor intérprete ouve/vê a enunciação em uma língua (língua fonte), a processa e converte para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação. O intérprete de língua de sinais é um profissional

que faz essa intermediação e deve ter qualificação específica para atuar como intérprete. (QUADROS, 2017)

No Brasil, foi o artigo 21 do Decreto nº 5.626 de 2005 que determinou a presença do intérprete de Libras em todos os níveis educacionais. Mas a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras foi regulamentada somente em 2010, com a lei nº 12.319. No meio acadêmico percebe-se ainda certa confusão entre o papel do intérprete e do professor de que intérpretes de língua de sinais são professores de surdos e vice-versa (BRASIL, 2005).

Assim como em toda profissão, o profissional intérprete também possui um código de ética que serve de instrumento orientador em sua atuação. Mas foi percebido que para aqueles que atuam no campo na educação existem maiores dilemas e dificuldades, sendo necessária a criação de um código de ética específico para estes (BARBOZA et al., 2015).

Rocha, Lima e Queiroz (2018) evidenciam que a ausência de espaços para que o intérprete possa dialogar sobre o seu trabalho na Instituição, pode acarretar na dificuldade de reconhecimento de tal profissão, podendo até mesmo levar a confusão da sua função com a do professor. Mas esses profissionais se complementam, uma vez que a colaboração entre ambos torna possível a criação de estratégias que têm de potencializar a capacidade de aprendizagem do aluno surdo.

Um ponto que também deve ser considerado na atuação do intérprete em sala de aula é o nível educacional, pois no nível superior e posteriores, o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais aprofundados para poder realizar a interpretação compatível com o grau de exigência destes níveis (BARBOZA et al., 2015).

#### **4. Ensino da Língua Portuguesa para surdos**

Destacar a o surdo como sujeito multicultural é preciso. Muitas pessoas ainda acreditam que, só pelo fato do surdo estar inserido em um ambiente onde predomina a cultura ouvinte, ele possua os mesmos pensamentos ou hábitos dos ouvintes. O desenvolvimento de uma língua é de suma importância a qualquer indivíduo e que mesmo que essa língua não seja oral, tal fato não interfere na capacidade comunicativa da criança. Ressalta-se agora que há vários os motivos que tornam a Língua Portuguesa importante para os surdos, mas um motivo básico será comentado: o surdo é um ser multicultural (DANTAS, 2012).

Ministrar o ensino de Língua Portuguesa para surdos tem sido um assunto bastante discutido entre a comunidade ouvinte, principalmente entre educadores e governantes, pois o primeiro impasse existente é que o aluno surdo comunica-se através da Língua Brasileira de

Sinais – Libras e tenta comunicar na forma escrita com a Língua Portuguesa. O surdo não domina as estruturas de organização das orações da Língua Portuguesa, bem como as junções, conjugações, ou seja, a Língua Portuguesa é constituída a partir do contexto da cultura ouvinte (GONÇALVES; SANTOS, 2012).

Visando minimizar esses obstáculos e prover uma aprendizagem de forma adequada à cultura surda o Ministério da Educação divulgou as Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez -, no qual apresenta ações e estratégias para docentes trabalharem na formação de alunos com deficiência auditiva/surdos tanto no Ensino Regular como na Educação Especial (DORZIAT; ARAÚJO, 2012).

Segundo as Diretrizes existem alguns fatores que devem ser levados em consideração para ministrar-se a aprendizagem de forma adequada à criança surda. Em primeiro a escola deve munir-se da proposta do bilingüismo, onde defende a aprendizagem de Língua de Sinais primeira língua (LIBRAS) como língua materna e como segunda língua a Língua Portuguesa a língua oficial de seu país (SALLES et al., 2014).

Segundo fator é abster-se de todo e qualquer tipo de preconceito com relação à criança com surdez, pois as pessoas surdas já enfrentam diversas dificuldades para terem acesso à educação. A inclusão dos alunos surdos na escola comum e no Atendimento Educacional Especializado deve levar em consideração o contexto da criança surda e recriar novas estratégias de aprendizagem que enriqueçam a aprendizagem dos mesmos e beneficiem também aos alunos ouvintes, visando uma integração social (QUADROS, 2017).

A escola é o espaço onde o aluno surdo terá acesso às informações, trocas de experiências, vivências e socialização, proporcionando assim a sua formação acadêmica e identidade social. Salles et al., (2014, p.68) afirma que “As trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do conhecimento em ambientes de aprendizagem”.

Um terceiro fator a ser observado é a importância que as línguas ocupam na realidade da criança surda, uma vez que sua língua materna e a língua de sinais e qual seria a relevância da Língua Portuguesa em suas vidas. Tendo este questionamento sempre em mente, o docente ao planejar suas aulas para ensinar a segunda língua à criança surda deve buscar meios e recursos dentro do contexto da cultura surda, para que a aprendizagem da segunda língua se torne significativa aos alunos surdos. Ao inserir as palavras em um contexto, torna-se mais fácil a criança surda assimilar a aprendizagem (BARBOZA et al., 2015).

Não basta ensinar de formas semânticas, sintáticas, morfológicas e outras estruturas da Língua Portuguesa a criança surda sem antes atribuírem o ensino a um contexto próximo a sua

realidade, ou seja, sem o fator contexto, as crianças surdas serão meramente copistas. Um dos recursos que pode ser utilizado no processo de alfabetização das crianças surdas são as literaturas infantis transcritas para a Língua de Sinais, pois uma vez que a criança surda aprender a ler os sinais e conseguirá aprender a ler as palavras escritas em português (RABELO, 2014).

Mas para que este recurso seja efetivo é necessário que a criança surda seja alfabetizada primeiramente em sua língua materna (língua de sinais). Como último fator importante ou primordial é a motivação, as estimulações que fazem parte do processo de desenvolvimento do ser humano. Estimular que eles sejam capazes de “Ler e Escrever” na Língua Portuguesa (DANTAS, 2012).

Os ambientes em que ocorrem as aprendizagens devem ser regados de estímulos e motivações, os alunos surdos devem ser estimulados a todo o momento a realizar questionamentos, interpretações do que está sendo exposto, expor suas idéias (na forma escrita), ou seja, através do ambiente rico de estímulos e trocas de experiências que ocorre a efetiva aprendizagem (CORTÊS, 2012).

Deste modo, observa-se que a escola tem como objetivo fazer um diagnóstico sobre as necessidades do aluno surdo, com a finalidade de determinar seus processos metodológicos e assim, desempenhar um trabalho inclusivo e social (LACERDA; SANTOS, 2014).

Ainda, as Diretrizes citam a necessidade e importância do intérprete de Libras em sala de aula para auxiliar o professor no ensino, intermediando as explicações do conteúdo escolar ao aluno surdo, pois na escola regular os alunos ouvintes estão junto ao aluno surdo e o professor ministrar a aula simultaneamente a eles, não sendo possível dar uma atenção especial ao aluno surdo somente (BARBOZA et al., 2015). Neste momento o intérprete traduzirá da Língua Portuguesa para Libras e vice-versa, mas vale ressaltar a ética profissional do intérprete de libras, ele será apenas mediador entre as partes, pois a responsabilidade sobre o aluno surdo em sala de aula é do professor (CANANEIA, 2019).

No entanto, a sua função não se limita apenas à inclusão na área escolar, o intérprete será o mediador da pessoa surda com o mundo ao seu redor, fazendo com que o surdo tenha acesso às informações, participe e relacione-se com o meio social. Entretanto, para que a escola tenha esse caráter de inclusão, essa deve preocupar-se com os processos curriculares e pedagógicos que atendam as diferenças, fazendo uso de recursos que ajudem a superar os obstáculos do processo de aprendizagem do aluno surdo (MENDONÇA et al., 2018).

Dorziat e Araújo (2012) atribuem a necessidade de desenvolver repertórios para áreas de especialização em Libras a questões históricas ou dificuldades de aprendizagem da língua



portuguesa descrita por vários pesquisadores surdos brasileiros. Como atestado em Douettes (2015, p. 50):

Em muitos casos, os surdos lêem, mas não entendem o que lêem, eles não podem construir o significado do texto, têm o hábito de ler palavras isoladas, sem considerar seu contexto, geralmente procurando a tradução para a língua de sinais. O fracasso na leitura pela maioria das pessoas surdas por muitos anos pode estar ligada a fatores como: (1) prática pedagógica em que o professor segue o caminho mais fácil ensinando palavra por palavra e descartando o conectando elementos como preposições, conjunções e artigos, portanto, deduzindo que a linguagem de sinais não possui esses conectores; (2) a grande maioria dos professores que ensinam língua portuguesa para surdos não ser fluente na língua de sinais, o que resulta em uma barreira substancial à mediação entre professor e aluno, bem como o não reconhecimento da Libras como uma língua eficaz e, por fim, (3) o fato de os surdos se defrontarem com textos em português e não em Libras.

Como a língua é uma atividade interativa direcionada à comunicação, o objetivo principal do ensino de Língua Portuguesa é desenvolver a competência comunicativa dos falantes nesta mesma língua.

## **5. Lacunas do ensino na formação de professores de língua portuguesa para surdos**

O ensino de português para surdos na educação básica desempenha um papel crucial na formação educacional e social desses estudantes. É essencial reconhecer que a língua portuguesa é a língua oficial do país e, portanto, é fundamental que os surdos tenham acesso a ela de maneira eficaz. Para garantir uma educação inclusiva, os professores precisam adotar abordagens pedagógicas adaptadas às necessidades dos estudantes surdos, incluindo o uso de recursos visuais, materiais didáticos acessíveis e estratégias de ensino diferenciadas (RABELO, 2014).

Uma abordagem integrada que combine a Língua Brasileira de Sinais (Libras) com o ensino do português escrito pode proporcionar uma compreensão mais profunda da estrutura e das regras gramaticais da língua portuguesa. O uso de recursos visuais pode ajudar os surdos a entender conceitos linguísticos complexos. Além disso, atividades que estimulem a leitura, a escrita criativa e a interpretação textual são essenciais para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos estudantes surdos (SCHIAVON, 2012).

A capacitação dos professores é um fator-chave para o sucesso do ensino de português escrito para surdos. Professores especializados, fluentes em Libras e com conhecimento em estratégias pedagógicas inclusivas, são essenciais para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades individuais de cada estudante surdo. Ao investir na formação e no

desenvolvimento profissional dos educadores, é possível proporcionar uma educação de qualidade, promovendo a alfabetização e o domínio da língua portuguesa escrita entre os estudantes surdos, preparando-os para uma participação plena na sociedade (SALES et al., 2014).

A barreira idiomática resultante da falta de professores fluentes em Libras na educação básica é um desafio significativo enfrentado pelos estudantes surdos. A escassez de professores que dominam Libras impede uma comunicação eficaz entre eles e seus educadores, criando um fosso linguístico que prejudica o aprendizado e o desenvolvimento acadêmico. A falta de compreensão adequada das nuances e da gramática da Libras por parte dos professores ouvintes pode levar a interpretações incorretas e a uma comunicação limitada, o que impacta diretamente na qualidade da educação recebida pelos estudantes surdos (DANTAS, 2012).

Além disso, a ausência de professores fluentes contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação aos surdos. Quando a língua de sinais não é reconhecida e valorizada no ambiente educacional, os estudantes surdos podem sentir-se marginalizados, o que afeta negativamente sua autoestima e autoconfiança. Essa barreira idiomática também compromete a participação ativa dos pais na educação de seus filhos surdos, já que muitos deles não têm acesso a informações relevantes devido à falta de intérpretes ou de professores que possam facilitar a comunicação (QUADROS, 2017).

Para superar essa barreira, é crucial investir na formação de professores e intérpretes fluentes em Libras, garantindo que eles estejam disponíveis em número suficiente nas escolas de todo o país. Além disso, é necessário promover a conscientização sobre a importância da Libras como língua materna dos surdos e incentivar sua utilização plena no ambiente educacional, não apenas como meio de comunicação, mas também como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes surdos. Somente com a valorização e o apoio adequado à Libras na educação básica será possível eliminar a barreira idiomática e oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes surdos (BARBOZA et al., 2015).

A especialização para professores atuantes junto a alunos surdos é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Esses profissionais precisam desenvolver habilidades específicas para atender às necessidades linguísticas e educacionais dos estudantes surdos. Uma especialização adequada proporciona aos professores um entendimento aprofundado da Libras e das estratégias pedagógicas adaptadas, permitindo-lhes criar ambientes de aprendizado eficazes e inclusivos (BARBOZA et al., 2015).

Essa especialização também capacita os professores a utilizar metodologias diferenciadas, recursos visuais e tecnológicos, bem como a promover a comunicação eficaz entre alunos surdos e ouvintes. Além disso, os professores especializados em surdez podem desenvolver técnicas para o ensino da leitura, escrita e interpretação textual, levando em conta as peculiaridades linguísticas dos estudantes surdos. Eles aprendem a criar atividades que estimulam o desenvolvimento da linguagem e promovem a participação ativa dos alunos surdos no processo educacional (QUADROS, 2017).

A especialização contínua é crucial nesse contexto, considerando que a educação e as tecnologias estão em constante evolução. Professores especializados precisam estar atualizados sobre as melhores práticas, materiais didáticos adaptados e inovações tecnológicas que possam melhorar o aprendizado dos alunos surdos. Dessa forma, a especialização não apenas beneficia os professores, mas também tem um impacto direto na qualidade da educação recebida pelos estudantes surdos, promovendo sua inclusão e empoderamento no ambiente escolar (ROCHA; LIMA; QUEIROZ, 2018).

## **5. Considerações Finais**

Retomando o objetivo geral traçado para este trabalho, considerando a realidade observada e a importância da aquisição da língua de sinais (Libras), na forma sinalizada, e da aquisição da leitura e da escrita da Língua Portuguesa, percebe-se que muito há para ser estudado, o que nos mostra que a aquisição das duas línguas, possibilitará o desenvolvimento cognitivo do surdo, favorecendo seu acesso aos conceitos e aos conhecimentos de uma sociedade.

Quanto mais oportunidade tiver os educadores na aprendizagem da Língua de Sinais, melhor atenderá sua clientela, para isso necessitam de capacitação, assim como toda a comunidade escolar, para que juntos possam desenvolver um trabalho contínuo e eficaz, tendo os pais como principais aliados dessas crianças, pois são eles que convivem maior parte do tempo com seus filhos.

Deste modo, ao analisar como se realiza o processo de ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos, pode-se concluir que este fenômeno está acontecendo de maneira gradativa, pois, os estudos e pesquisas na área ainda são muito recentes, não existindo um método pronto, acabado e eficaz, para que seja aplicado fielmente a todos os surdos.

Não existe, portanto, uma técnica que envolva todas as particularidades da cultura surda, pois existem diversas identidades surdas como foi citado no estudo. E outros métodos

educacionais como oralismo, libras, bilingüismo não conseguiram atingir um objetivo eficaz, mas trouxeram grandes contribuições e avanços para o surdo comunicar-se e construir sua identidade social. A proposta é: estar sempre articulando novos saberes, pesquisas, estudos, observações, métodos na busca de uma educação inclusiva e igualitária aos surdos, acreditar no potencial de que eles podem ler e escrever na Língua Portuguesa e construir sua identidade.

## 6. Referências Bibliográficas

BARBOZA, C. F. S.; *et al.* importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva. **INES – Revista Espaço**, v.43, n.1, p.192-218, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em 27 out 2023.

BRASIL. **Decreto 5.626**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 27 out 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)> Acesso em 27 out 2023.

CANANEA, L. B. **O Uso da Libras Na Educação Infantil: Uma Experiência Inclusiva no Projeto Aponte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2019.

CÔRTEZ, Diolira Maria. **“Brincar–vem”**: a criança surda na educação infantil e o despertar das mãos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

DANTAS, Aleine Eduardo Fernandes Motta Moreira. **Os [des] caminhos da escolarização na surdez**: examinando a Educação Infantil na fortaleza dos que ouvem com os olhos e falam com as mãos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

DORZIAT, Ana; ARAÚJO, Joelma R. O Intérprete de Língua de Sinais no Contexto da Educação Inclusiva: o Pronunciado e o Executado. **Rev. Bras. Ed. Eso.** Marília, v.18, n.3, p. 391-410, jul./set., 2012.

DOUETTES, Brenno Barros. **A tradução na criação de sinais-termos religiosos em libras e uma proposta para organização de glossário terminológico semibilíngue**. 2015. 440f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2015.

FERREIRA, L. da C. **Educação inclusiva: a importância da libras no ensino infantil para crianças surdas e ouvintes.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.

GONÇALVES, Arlete Marinho. SANTOS, Antônio Luís Parlandin dos. **Alfabetização da Criança Surda: Concepções e Identidades.** *Espaço do Currículo*, v. 5, n1, p.226-238, junho a dezembro de 2012.

LACERDA, C B.F.; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. EdUFSCar: São Carlos, 2014.

LIMA, A. G.; BARBOSA, A. R. de C. S. **O Ensino de Libras Para Crianças Ouvintes: Uma Experiência na Educação Infantil.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Bahia, 2019.

MENDONÇA, L. M. et al. A Importância Da Libras Como Componente Curricular Na Educação Básica. **Revista Educação: Saberes e Práticas**, v. 7, n. 1. Brasília, 2018.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos – A aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 2017.

RABELO, Dayane Bollis. **O bebê surdo na Educação Infantil: Um olhar sobre inclusão e práticas pedagógicas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ROCHA, P. S. R.; LIMA, R. W. de; QUEIROZ, P. G. G. Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v.26, n.3, p. 42- 60, mar.-set. 2018.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa.** Brasília: MEC, SEESP, 2014.

SCHIAVON, Daiane Natalia. **Práticas pedagógicas com alunos Surdos: Sala de Recursos e Classe Comum.** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.